

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

Procedimento CPI/3/CMLP/2022

(Artigo 20.º, n.º 1, a) e artigo 474.º, n.º 3, c) do Código dos Contratos Públicos consagrado no
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual)

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO FLORESTAL DE COMBATE A INCÊNDIOS (AUTOTANQUE), NO ÂMBITO DO PROJETO DE REFORÇO DA LINHA DE COMANDO DA PROTEÇÃO CIVIL



Parte I - Disposições Iniciais

Cláusula 1.^a

Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município das Lajes do Pico, pessoa coletiva n.º 512 074 143 com sede no Convento dos Franciscanos, Rua de São Francisco, 9930-135 Lajes do Pico, telefone 292 679 700 e endereço eletrónico cmlajespico@gmail.com.

Cláusula 2.^a

Disposições Gerais

1. No presente contrato observar-se-ão:
 - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Para os efeitos estabelecidos na alínea a), consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, a proposta do concorrente e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
2. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução do contrato, o esclarecimento será prestado por escrito pela Presidente da Câmara Municipal.
3. Para efeitos do referido no número anterior, as divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, a prevalência é determinada pela ordem indicada no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Cláusula 3.^a

Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a celebração de contrato de **“aquisição de veículo florestal de combate a incêndios (autotanque), no âmbito do Projeto Reforço da Linha de Comando da Proteção Civil”**.
2. O caderno de encargos inclui todos os seus anexos, considerados parte integrante do mesmo.
3. Atento o disposto nos números anteriores, o fornecedor obriga-se ao fornecimento do bem de acordo com os termos previstos neste caderno de encargos (Parte II), com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Caderno de Encargos e demais pelas que o acompanham, bem como na proposta adjudicada.

Cláusula 4.ª

Descrição do equipamento

1. O bem objeto do contrato deve respeitar:
 - a) As características descritas nas especificações técnicas especiais que fazem parte integrante deste caderno de encargos, que devem entender-se como mínimas para os objetivos pretendidos;
 - b) As quantidades indicadas e que fazem parte deste caderno de encargos.
2. O equipamento a fornecer deve incluir todos os acessórios e componentes necessários ao seu correto funcionamento.

Cláusula 5.ª

Contrato

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do CCP, em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 450.º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecendo os primeiros, salvo quando aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Além dos documentos indicados no n.º 2 anterior, o prestador de serviços obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 6.ª

Preço Base e preço contratual

1. O preço base é de **187.500,00 € (cento e oitenta e sete mil e quinhentos euros)**, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. Pelo fornecimento do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o

preço constante na proposta adjudicada (preço contratual), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente exigido.

3. O preço contratual referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas necessárias, designadamente, os custos associados à colocação dos equipamentos nas instalações da Câmara Municipal das Lajes do Pico – Açores, sita no Convento de São Francisco, Rua de São Francisco, 9930-135 Lajes do Pico, despesas de aquisição, transporte, armazenagem e manutenção dos meios materiais.
4. O preço contratual não pode, em caso algum, exceder o montante do preço base fixado no n.º 1, ou seja, o montante de **187.500,00 € (cento e oitenta e sete mil e quinhentos euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
5. Para efeitos de determinação do preço base, foi efetuada consulta preliminar ao mercado nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP e conforme plasmado no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
6. O encargo resultante desta aquisição será satisfeito pela seguinte dotação: Classificação Orgânica 0102 e Classificação Económica 07010602.

Cláusula 7.ª

Prazo e local de entrega

1. O adjudicatário deve proceder à entrega de todo o equipamento adjudicado nos termos do presente procedimento, designadamente em conformidade com os termos e condições constantes do presente caderno de encargos, dando os trabalhos (entrega final dos bens em adjudicação) concluídos, no prazo máximo de 300 (trezentos) dias após a celebração do contrato.
2. O local de entrega dos bens referidos no número anterior é o parque de máquinas da Câmara Municipal das Lajes do Pico – Açores, sito na Zona Industrial da Queimada, 9930-135 Lajes do Pico.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do adjudicatário

Cláusula 8.ª

Obrigações gerais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de fornecimento e entrega dos bem objeto do contrato;
 - b) Obrigação de continuidade de fabrico de peças e acessórios de manutenção;
 - c) Obrigação de entregar manuais técnicos e as instruções de funcionamento dos bens objeto do contrato, redigidos em língua portuguesa;
 - d) Obrigação de garantia do bem objeto do contrato;

- e) Obrigação de fornecer o conjunto de peças sobresselentes e ferramentas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante, bem como toda a documentação referida no mesmo anexo;
 - f) Obrigação de prestação de serviços de manutenção, com substituição de peças e componentes de desgaste pelo uso normal e assistência técnica nos bens objeto do contrato durante o prazo de garantia;
 - g) Obrigação de realização de testes e afinações para operação dos bens objeto do contrato.
2. Os bens devem ser fornecidos prontos a serem utilizados, depois de devidamente ensaiados, sob a total responsabilidade do adjudicatário e sem qualquer encargo adicional para a entidade adjudicante.

Cláusula 9.ª

Obrigações relativas aos bem objeto do contrato

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público o bem objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas peças que constituem este procedimento e que fazem parte integrante deste caderno de encargos.
2. O bem objeto do contrato tem de ser obrigatoriamente novo, deve ser entregue em perfeitas condições, tendo em conta a respetiva natureza e o fim a que se destina, e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento, sem conter peças recicladas ou que já tenham sido previamente utilizadas, vendidas, cedidas ou entregues a outra entidade, sem prejuízo da utilização dos mesmos para efeito do cumprimento de obrigações decorrentes do contrato, nomeadamente testes, ensaios e inspeções.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a eles relativas, no que respeita à conformidade do bem.
4. O adjudicatário é responsável por qualquer defeito ou não conformidade com as características, especificações e requisitos estabelecidos no contrato.

Cláusula 10.ª

Inspeção e testes

Efetuada a entrega do equipamento objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ela designado, procede no prazo de 5 (cinco) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Cláusula 11.ª

Defeitos e discrepâncias com as peças do procedimento

1. No caso dos testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade do equipamento, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos



técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que lhe for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação/verificação.

Cláusula 12.^a

Aceitação dos bens

1. Caso as verificações referidas na cláusula anterior comprovem a total operacionalidade e funcionalidade do bem objeto do contrato, e nele não seja detetado quaisquer defeitos ou discrepâncias com as várias peças que compõem o presente procedimento, deve ser emitido, no prazo máximo de 15 dias a contar do final da inspeção, um auto de receção, assinado pelos representantes dos adjudicatários e da entidade adjudicante.
2. Com a assinatura do auto referido no n.º 1, ocorre a transferência de posse e da propriedade do bem objeto do contrato, sem prejuízo das obrigações de garantia que compete ao adjudicatário.
3. A assinatura do auto de receção referido no n.º 1 não implica aceitação de eventuais defeitos ou discrepâncias dos bens objetos do contrato com as exigências legais ou com as características e requisitos constantes nas peças deste procedimento.

Cláusula 13.^a

Conformidade e garantia técnica

1. O adjudicatário garante o bem objeto do contrato pelo prazo de garantia constante na sua proposta, o qual nunca deve ser inferior a 2 anos, a contar da data da assinatura do auto de receção previsto no n.º 1 da cláusula anterior, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as especificações e características constantes nas várias peças deste procedimento, que se revelem a partir da respetiva aceitação.
2. A garantia referida no n.º anterior abrange:
 - a. O fornecimento ou a integração de quais peças ou componentes em falta;
 - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d. O fornecimento, a montagem ou instalação de peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f. Toda a mão-de-obra e equipamentos necessários;
 - g. Custos associados.

3. No prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve esta notificar o adjudicatário para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas nos n.ºs anteriores devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que se destina.
5. No que se refere aos bens entregues em execução do contrato, o adjudicatário fica sujeito às exigências legais de conformidade e garantia técnica, ao disposto nas exigências constantes nas peças escritas e desenhadas deste procedimento, bem como demais obrigações de fornecedor, nos prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.
6. Quando detetada alguma anomalia pelo contraente público no período de garantia dos materiais e equipamentos é da responsabilidade do adjudicatário efetuar a recolha do(s) equipamento(s) identificados(s) e proceder a todos os testes necessários sem custos acrescidos para o contraente público.

Cláusula 14.^a

Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram o equipamento objeto do contrato, pelo prazo estimado de vida útil do bem, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis, a contar da data da assinatura dos respetivos autos de receção.

Cláusula 15.^a

Assistência Técnica

1. Relativamente ao bem objeto do contrato o adjudicatário obriga-se a prestar serviços de assistência técnica no prazo mínimo de 5 anos e de manutenção durante o prazo mínimo de 3 meses a contar da data da assinatura do auto de receção previsto no n.º 1 da cláusula 11.^a.
2. A assistência técnica compreende os serviços de aconselhamento técnico com vista à resolução de problemas que eventualmente surjam e que estejam fora do âmbito das operações de manutenção atrás referidas.
3. Em caso de avaria ou qualquer anomalia no bem objeto de contrato, o adjudicatário obriga-se a dar uma resposta para a resolução das mesmas no prazo não superior a 5 (cinco) dias, a contar da data da solicitação da entidade adjudicante.
4. Durante os prazos identificados no n.º 1 do presente o adjudicatário obriga-se a disponibilizar funcionários adequados para prestar apoio técnico à utilização e funcionamento dos bens objetos do contrato, sempre que tal seja solicitado pela entidade adjudicante.

Cláusula 16.^a

Manutenção do bem objeto do contrato



1. Relativamente ao bem objeto do contrato o adjudicatário obriga-se a prestar manutenção durante o prazo mínimo previsto na sua proposta e que terá de ser no mínimo de 1 mês a contar da data da assinatura do auto de receção previsto no n.º 1 da cláusula 11.ª.
2. Antes de efetuar qualquer operação de manutenção o adjudicatário deve submeter à entidade adjudicante as informações relativas aos procedimentos de manutenção que irão decorrer.
3. Estão incluídos na proposta do adjudicatário todos os fornecimentos e despesas necessárias às operações de manutenção que se relacionam com operações de rotina e manutenção.

Cláusula 17.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente a execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público ou que o adjudicatário seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 18.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de quatro (4) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, das cláusulas contratuais, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança, devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 19.ª

Preço Contratual

Pelos serviços prestados e objeto do procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a Cláusula 6.ª.

Cláusula 20.^a

Condições de pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O pagamento das faturas é efetuado no prazo de 30 dias de calendário, a contar da data da sua receção pela entidade adjudicante.
3. Em caso de discordância por parte do Município quanto aos valores constantes da fatura, este deve comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 2 a fatura é paga através de cheque ou transferência bancária.

Capítulo III

Penalidades e Resolução

Cláusula 21.^a

Penalidades Contratuais

1. O contraente público pode aplicar ao adjudicatário uma sanção pecuniária, pelo incumprimento do contrato, em caso de incumprimento do prazo de entrega dos bens em adjudicação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\left(\frac{A}{365} \right) \times V$$

onde A é o número de dias de atraso e V o valor da encomenda.

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em contra, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do co-contratante particular e as consequências do incumprimento.
3. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 22.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou

- prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
 3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 23.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o segundo outorgante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Com exceção do disposto no número seguinte, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. No caso previsto no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante simples declaração enviada ao Município, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores cessa todas as obrigações do segundo outorgante ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 24.^a

Resolução do contrato pelo cocontratante público

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
 - f) Quando antecipadamente o adjudicatário comunicar o incumprimento dos prazos, visto este ter a perceção antecipada da impossibilidade de cumprimento total das obrigações, nos prazos estipulados.
2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 25.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo co-contratante particular, depende de autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 26.^a

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante particular, das suas obrigações, de tal modo que estejam reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, a entidade adjudicante



pode determinar, nos termos da aplicação conjugada dos artigos 302º/f), 307º/2, e), 309º/2, 2ª parte, e 318º-A, todos do CCP, que o cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.

2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 27.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª

Caução

Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, incluindo as relativas ao pagamento das penalidades contratuais, o adjudicatário, no prazo e nos termos fixados no Programa do Procedimento, prestará uma caução de 2% (dois por cento) do preço contratual, nos termos definidos no artigo 34º do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro.

Cláusula 29.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respectivos interesses na execução da prestação de serviços, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução da prestação de serviços.

Cláusula 30.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato contam-se do seguinte modo:

- a) São contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados;
- b) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;

O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 32.^a

Gestor do contrato

Para efeitos do disposto nos arts. 96º/1, i) e 290º-A do Código dos Contratos Públicos, na atual versão em vigor, a fase de execução do contrato será acompanhada por um gestor do contrato, que, desde já, fica designado como sendo o técnico superior desta câmara municipal, **Bárbara Mariana Sousa Cabral**, e que subscreverá igualmente a declaração do anexo XIII do CCP antes da celebração do contrato.



Cláusula 33.^a

Normas aplicáveis

Em todo o omissso no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação; e considerando-se, ainda, o Acórdão n.º 233/2018, de 2 de maio, do Tribunal Constitucional, e o acórdão n.º 19/2017, de 11 de julho, do tribunal de contas, que julgaram *organicamente inconstitucional*, no que tange ao fornecimento, à aquisição de serviços e à locação de bens móveis, o diploma regional da contratação pública, DLR n.º 27/2015/A, de 29/12, e *repristinando a vigência* do DLR n.º 34/2008/A, de 28/7, com a redação do DLR n.º 15/2009/A, de 6/8.

Parte II – Especificações Técnicas

(A que se refere o n.º 1 do artigo 49.º e o Anexo VII do CCP, com a sua atual redação)

No que for aplicável:

- Conformidade em o Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro no que respeita às prescrições mínimas de segurança e saúde para utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho;
- Homologação com vista à matrícula conforme Decreto-lei n.º 103/2008, de 8 de junho, o equipamento dotado da sinalização e todos os acessórios exigidos para ser matriculado com a categoria A (circulação de diurna e noturna), equipamento a entregar matriculado.

Autotanque - Veículo Florestal de Combate a Incêndio (VFCD)

- 1. Chassi + Transformação + Equipamento:** Cumprimento integral dos termos definidos pelo Despacho do Presidente da ANPC n.º 3974/2013, de 15 de Março - Regulamento de Especificações Técnicas de Veículos e Equipamentos Operacionais dos Corpos de Bombeiros, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Presidente da ANPC n.º 7316/2016, de 3 de Junho.
- 2. Características da viatura 4X4:**
 - a) Cumprimento integral das especificações técnicas do Art.º 18º, n.º 1 do Anexo I e da Ficha Técnica n.º 1.2, do Anexo II, ambos do despacho acima referido.
 - b) Motor a gasóleo, com pelo menos 285 CV, 210 kW e 6850cc
 - c) Caixa de velocidades manual;
 - d) Sistema de travões retardador;
 - e) Cabine Dupla com 6 Lugares;
 - f) Tanque de água Chapa Inox Aisi 316 com 4000 L (3700+300 +/- 5%), abastecimento pela lateral entrada Storz B;
 - g) Cor Vermelho (Ral 3000).

3. Outros a incluir:

- a) Legalização/Homologação junto do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT):
Da responsabilidade do fornecedor;
- b) Transporte até à Ilha do Pico.

Lajes do Pico, 29 de setembro de 2022.

A Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico,



Ana Catarina Terra Bum.



Anexo I – Lista de Peças, Ferramentas e Documentação

No que for aplicável:

1. **Peças sobresselentes e ferramentas** (a serem fornecidas na entrega do equipamento)
 - a. Triângulo de sinalização, colete, ferramentas de substituição de pneus e macaco hidráulico.
2. **Documentação** (a ser fornecida na entrega do equipamento):
 - a. O adjudicatário obriga-se a fornecer, quando da entrega do equipamento manuais em papel e suporte informático, de operação, manutenção e reparação de peças, referentes a todos os sistemas e órgãos que compõem os equipamentos;
 - b. O adjudicatário deverá ainda apresentar os certificados de garantia dos materiais aplicados;
 - c. Documento(s) único(s) de circulação ou documento substitutivo emitido pelo IMT ou declaração provisória de circulação emitido por entidade competente.

Anexo II

CONSULTA PRELIMINAR PARA EFEITOS DE DETERMINAÇÃO DO PREÇO BASE (ART. 35º-A DO CCP)

Em ordem a fundamentar-se o preço base do procedimento, foi realizada uma consulta preliminar informal ao mercado, ao abrigo do artigo 35.º-A, n.º 1, do CCP, solicitando uma estimativa de preço para a aquisição do bem em causa, de acordo com as especificações técnicas do presente caderno de encargos, assim se obtendo resposta/orçamento da empresa “**Jacinto Marques de Oliveira, SUCRS, LDA.**” relativamente ao Lote 4, para o efeito do estabelecido nos artigos 17.º, n.º 7 e artigo 47.º, n.º 3 do CCP.

Em resposta ao pedido, e tendo a informação pretendida dado entrada no Município no dia 22 de setembro de 2022, foi considerado como o montante mais elevado para efeitos de fixação do preço base do procedimento, o qual, globalmente fixado em **187.500,00 € (cento e oitenta e sete mil e quinhentos euros)**, e servirá como limite máximo que o Município se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do presente procedimento.